



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 e 2023**

Porto Alegre, 30 de setembro de 2024.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	44

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/09/2024	Período Anterior 31/12/2023
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		279.128	159.304
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	97.783	49.748
Contas a Receber	(5)	1.759	1.748
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(436)	(425)
Subvenções a Receber	(7)	119.957	44.018
Estoques	(3.3) (8)	38.126	25.424
Adiantamentos a Empregados	(9)	747	19.243
Tributos a Recuperar		50	50
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	6.445	5.475
Outras Contas a Receber	(11)	17.430	16.432
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(3.004)	(3.113)
Despesas Antecipadas		271	704
ATIVO NÃO CIRCULANTE		514.401	511.119
Realizável a Longo Prazo	(12)	80.778	124.798
Investimentos	(3.4) (14)	3.332	2.818
Imobilizado	(3.5) (15.1)	428.986	382.463
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	397	132
Intangível	(3.8) (15.3)	908	908
TOTAL DO ATIVO		793.529	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/09/2024	Período Anterior 31/12/2023
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		877.203	779.608
Fornecedores	(17)	46.281	23.369
Obrigações Trabalhistas	(18)	16.852	6.519
Obrigações Tributárias	(20)	21.417	36.236
Provisões Trabalhistas	(19)	200.098	149.739
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	499.662	528.684
Subvenções a Realizar	(23)	85.644	29.494
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	389	133
Outras Contas a Pagar	(25)	6.860	5.434
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		436.682	418.428
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	430.594	412.667
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	6.062	5.761
Arrendamentos a Pagar	(24)	26	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(520.356)	(527.613)
Capital Social	(26)	270.303	234.036
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	46.688	36.267
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.690	16.978
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	40.548	41.247
Prejuízos Acumulados		(894.584)	(856.141)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		793.529	670.423

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023
RECEITA BRUTA		139	1.713	59	1.928
Prestação de Serviços	(30)	139	1.713	59	1.928
RECEITA LÍQUIDA		139	1.713	59	1.928
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(503.413)	(1.428.102)	(449.642)	(1.291.948)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(503.274)	(1.426.389)	(449.582)	(1.290.020)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(86.298)	(128.795)	(15.037)	(116.761)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(55.485)	(142.347)	(40.686)	(116.862)
Outras Receitas Operacionais	(34)	13.506	22.678	5.028	16.274
Outras Despesas Operacionais	(35)	(44.319)	(9.126)	20.621	(16.173)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(589.572)	(1.555.184)	(464.620)	(1.406.781)
Despesas Financeiras	(37)	(4)	(130)	30	(150)
Receitas Financeiras	(38)	2.725	9.260	6.862	11.260
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(586.851)	(1.546.054)	(457.727)	(1.395.671)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	526.487	1.506.624	456.163	1.293.563
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(40)	(60.364)	(39.430)	(1.564)	(102.108)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(0,53)	(0,35)	(0,01)	(0,90)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Exercício Atual	Período Anterior	Exercício Anterior
		01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(40)	(60.364)	(39.430)	(1.564)	(102.108)
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	96	289	96	289
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	233	699	233	699
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(60.035)	(38.443)	(1.235)	(101.120)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

30 DE SETEMBRO DE 2024 E

2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2023		222.997	11.039	17.363	42.179	(813.204)	(519.626)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	19.986	19.986
Aumento de Capital	(26)	11.039	(11.039)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	26.489	-	-	-	26.489
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(289)	-	289	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(699)	699	-
Lucro/Prejuízo do Período	(40)	-	-	-	-	(102.108)	(102.108)
Saldos em 30 de setembro de 2023		234.036	26.489	17.074	41.479	(894.339)	(575.260)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2024		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	46.688	-	-	-	46.688
Aumento de Capital	(26)	36.267	(36.267)	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(289)	-	289	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(699)	699	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	(39.430)	(39.430)
Saldos em 30 de setembro de 2024		270.303	46.688	16.689	40.548	(894.584)	(520.356)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/09/2024	30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	(40)	(39.430)	(102.108)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	17.884	18.024
Venda de Imobilizado		(259)	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	360	(7.692)
Perdas Estimadas com Estoques		151	18
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		449	163
Provisões e Reversões		6.296	22.489
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(1.506.624)	(1.293.563)
Doações Recebidas		(13.362)	(8.409)
Resultado do Período Ajustado		(1.534.536)	(1.371.078)
Redução (Aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(26)	(121)
Subvenções a Receber		(75.939)	(66.214)
Estoques		(12.852)	(84)
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(969)	(1.021)
Outras Contas a Receber		60.855	(9.543)
Aumento (Redução) de Passivos:			
Fornecedores		22.912	14.913
Subvenções a Realizar		56.151	80.373
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(17.604)	(15.678)
Outras Contas a Pagar e Provisões		47.580	125.403
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(19.986)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.454.429)	(1.263.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(64.468)	(29.533)
Venda de Imobilizado		259	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(64.210)	(29.533)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	1.506.624	1.265.433
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	46.688	26.489
Doações Recebidas		13.362	8.409
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		1.566.674	1.300.331
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		48.036	7.763
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		48.036	7.763
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		49.748	40.298
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	97.783	48.061
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		97.783	48.061
Disponibilidades em Conta Corrente		19	14
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		97.764	48.047

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

DEMONTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		30/09/2024	30/09/2023
RECEITAS		1.530.655	1.319.457
Prestação de Serviços	(30)	1.713	1.928
Subvenção para Custeio	(39)	1.506.624	1.293.563
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(360)	7.692
Outras Receitas	(34)	22.678	16.274
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(299.669)	(245.114)
Custo dos Serviços Prestados		(258.110)	(227.737)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(39.843)	(21.895)
Provisão para Indenizações Cíveis		(1.415)	4.892
Provisão para Riscos Fiscais		(301)	(374)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.230.987	1.074.343
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(17.884)	(18.024)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.213.103	1.056.319
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		9.260	11.260
Receitas Financeiras	(38)	9.260	11.260
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.222.363	1.067.579
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.222.363	1.067.579
Pessoal		1.253.791	1.163.207
Remuneração Direta		1.088.847	1.020.390
Benefícios		79.788	67.700
FGTS		85.156	75.117
Impostos, Taxas e Contribuições		132	128
Federais		-	39
Estaduais		-	-
Municipais		132	89
Remuneração de Capitais de Terceiros		7.870	6.352
Juros		130	150
Aluguéis		7.739	6202
Remuneração de Capitais Próprios		(39.430)	(102.108)
Resultado do Período	(40)	(39.430)	(102.108)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul é uma empresa pública de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, sob controle acionário da União sendo regida pelo Decreto nº 7.718, de 4 de abril de 2012, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu estatuto e legislação aplicável. A Sociedade que possui interesse e utilidade pública, tem o fim exclusivo de, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como ensino técnico e superior, e pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos na área de saúde em acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde. O Hospital Nossa Senhora da Conceição é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle de gestão, e pela Diretoria Executiva (DE), como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA), é composto por membros indicados pelo Ministério da Saúde (MS), Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente e representante indicado pelos empregados. A Diretoria Executiva (DE) é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Atenção à Saúde e Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições da legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, bem como a Lei nº 11.638/07), às Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, na forma da Lei 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o real (R\$).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva (DE) em 31 de outubro de 2024.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS

Abaixo elencamos as bases de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas:

3.1 Receitas e Despesas – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

3.5 Imobilizado – Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15.1).

3.6 Teste de Impairment – O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. a depreciação é calculada com base no tempo de vida útil, e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irrecuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 31 de março de 2019, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível – Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15.3).

3.9 Arrendamentos – São representados pelos contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Numerário Disponível	19	85
Aplicações Financeiras	97.764	49.663
Total	97.783	49.748

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Créditos com Pesquisas	-	4
Sócios Locatários	38	38
Outros Clientes – Estágios	1.721	1.706
Total	1.759	1.748

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referentes a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a eles o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de outras instituições de ensino, da área da saúde, como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	30/09/2024				31/12/2023			
	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(37)	(1)	-	(38)	(36)	(1)	-	(37)
Outros Clientes	(389)	(19)	10	(398)	(57)	(409)	77	(389)
Subtotal	(426)	(20)	10	(436)	(93)	(410)	77	(425)
Outras Contas a Receber								
Devolução e Abat. a Fornecedores	(2.830)	(295)	475	(2.650)	(2.287)	(848)	305	(2.830)
Adiantamentos a Empregados	(187)	(101)	30	(258)	(108)	(109)	30	(187)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(96)	-	-	(96)	(3.375)	(88)	3.367	(96)
Subtotal	(3.113)	(396)	505	(3.004)	(5.770)	(1.045)	3.702	(3.113)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(5.035)	-	-	(5.035)	(10.523)	(3.357)	8.845	(5.035)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Africanamente Centro de Pesquisas	(61)	(5)	-	(66)	-	(62)	1	(61)
Subtotal	(8.515)	(5)	-	(8.520)	(13.942)	(3.419)	8.846	(8.515)
Total	(12.054)	(421)	515	(11.960)	(19.805)	(4.874)	12.625	(12.054)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas		Período Atual					
		30/09/2024					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Supl./Rema/Extra	Cancelamento	Valor Recebido	Remanejo/Devolução	Saldo Final
Manutenção do Custeio	37.094	275.673	-	(150)	(238.738)	1.714	75.593
Reformas	6.598	3.358	-	(17)	(5.702)	401	4.638
Atenção à Saúde	326	-	-	(1)	(226)	-	99
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	-	-	62.500	-	(22.873)	1	39.627
Total	44.018	279.031	62.500	(168)	(267.539)	2.116	119.957

Contas		Período Anterior					
		31/12/2023					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Supl./Rema/Extra	Cancelamento	Valor Recebido	Remanejo/Devolução	Saldo Final
Manutenção do Custeio	32.000	270.000	41.560	-	(305.576)	(890)	37.094
Reformas	450	18.499	-	-	(3.158)	(9.193)	6.598
Covid-19	669	-	-	-	(80)	(589)	-
Atenção à Saúde	-	326	-	-	-	-	326
Descentralização Ofício 130/2023	-	10.000	-	-	-	(10.000)	-
Total	33.119	298.825	41.560	-	(308.814)	(20.672)	44.018

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total de recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. no Orçamento da Seguridade Social aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 e nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, os valores são baixados desta conta (Notas 23 e 39). As subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

7.1 Manutenção do Custeio – São recursos recebidos para prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social. Foram apropriados, no exercício de 2024, R\$ 275.673 para manutenção de custeio.

7.2 Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro semestre de 2023 são oriundos de restos a pagar. Em 2024, a mencionada ação também não recebeu créditos orçamentários.

7.3 Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral. Foram apropriados, no exercício de 2024, R\$ 3.358 para reformas.

7.4 Atenção à Saúde – Por meio da Emenda 19/2023 foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários para atender ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares no município de Porto Alegre/RS.

7.5 Descentralização Ofício 130/2023 – Foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários, entretanto houve cancelamento no mesmo período de 2023. Em 2024 não foram recebidos créditos orçamentários para esta finalidade.

7.6 Crédito Extraordinário MP 1218/24 – Reforço de dotação recebido por meio de recursos extraordinários para o atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, justificados pelos desastres naturais, gerando prejuízos sem precedentes, em sua extensão, prejudicando de forma intensa e inesperada a população e as atividades econômicas nas diversas regiões atingidas.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Almoxarifados	32.975	21.188
Farmácias	3.345	2.739
Subalmoxarifados	2.191	1.754
Perdas Estimadas com Estoques	(385)	(257)
Total	38.126	25.424

Os valores dos itens de estoque são revertidos para o resultado, em obediência ao regime de competência quando do seu consumo nas atividades da entidade. Os estoques se compõem de materiais a serem consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Férias	-	18.851
Salários – Saldo Devedor	548	359
Décimo Terceiro Salário	-	19
Vale Transporte	17	14
Suprimento de Fundos	182	-
Total	747	19.243

O saldo de adiantamento de férias é descontado dos empregados. O valor registrado como décimo terceiro refere-se a outros exercícios não descontados de empregados. O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere ao limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	30/09/2024					31/12/2023				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	5.419	2.806	174	(2.012)	6.387	3.803	3.372	105	(1.861)	5.419
Trabalhistas	56	-	2	-	58	54	-	4	(2)	56
Total	5.475	2.806	176	(2.012)	6.445	3.857	3.372	109	(1.863)	5.475

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas terceirizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos trabalhistas estão vinculados a ações judiciais em andamento.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	209	221
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	119	122
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	4.050	3.853
Adiantamentos a Terceiros	925	905
Processos Seletivos	760	594
Créditos a Receber de Ações Judiciais	10.348	9.872
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	9	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	8	11
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	782	732
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	202	102
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	18	16
Total	17.430	16.432

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Funcionários que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias de Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. No exercício de 2023, foi transferido para o longo prazo o total de R\$ 3.356. Os valores a receber ao findar de setembro de 2024 referem-se ao ressarcimento dos salários pagos aos funcionários cedidos ao município de Porto Alegre, à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretária de Saúde do Distrito Federal.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.5 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Referem-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 10.348 corresponde ao saldo de duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019 devidamente atualizadas pela UFM. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, está sendo negociada a execução do termo de transação. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

11.7 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Resultam de um acordo judicial realizado em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro, e um acordo com decisão homologada judicialmente referente a danos patrimoniais públicos em 24 parcelas.

11.8 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas para associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP, a 54ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados efetuadas pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras referentes ao terceiro decêndio de setembro de 2024, com liquidez imediata, disponível somente no mês de outubro de 2024.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Convênio	66	61
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Crédito e Valores – Empregados	184	-
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	19.196	18.655
Depósitos Judiciais Trabalhistas	17.539	18.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	703	680
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.448	1.400
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	417	406
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	-	43.966
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	2	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(8.520)	(8.515)
Total	80.778	124.798

12.1 Convênios – Referem-se ao valor repassado, em 27 de janeiro de 2010, à entidade conveniada denominada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber. No exercício de 2023 o saldo foi reclassificado para longo prazo.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos, o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215. c) De Crédito e Valores de Empregados – Saldo a receber de funcionários demitidos que não tiveram o desconto em rescisão e de afastados que não podem ser descontados até seu retorno.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.935, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 12.483, Canoas, R\$ 300, Sapucaia do Sul, R\$ 440 e Fortaleza, R\$ 1.038. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatório emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Cíveis – Depósitos destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização, atualizados pelo índice de correção da poupança.

12.5 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

12.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte no valor de R\$ 9.872 deve ser paga com recursos financeiros registrados no ativo circulante (Nota 11.7), e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401; d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; e) Dos Tributos Federais – referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021 e o recebimento ocorreu por meio de precatório em abril de 2024.

12.7 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Referem-se à provisão para perdas da cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.875. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 3.496. Em maio de 2021, foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023, foi reclassificado o convênio Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 65. A variação diminutiva nesta conta refere-se à reversão de PECLD de processos judiciais de cobrança que tiveram precatórios expedidos.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Contribuições Previdenciárias	1.103.729	1.029.987
Total	1.103.729	1.029.987

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Participações Societárias	3.372	6.967
Em Outras Empresas	89	89
Em Outros Investimentos – AHPA	3.283	6.878
Perdas Estimadas	(40)	(4.149)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	-	(4.109)
Total	3.332	2.818

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA, apurado no último balancete que estiver fechado, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação. Até o terceiro trimestre a provisão societária na AHPA apresentou ganhos de R\$ 514 (R\$ 331 no mesmo período de 2023) com base no balancete de agosto de 2024.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	4.753	3.458
Ativo Não Circulante	9.758	10.324
Total do Ativo	14.511	13.782
Passivo Circulante	3.704	5.042
Passivo Não Circulante	4.851	3.718
Patrimônio Líquido	5.587	5.178
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	14.142	13.938
Receitas	15.158	19.276
Despesas	(14.791)	(19.432)
Superávit (Déficit) do Período	368	(156)
Serviços Prestados para Unidades Hospitalares do GHC (em reais)	10.766.826	12.514.123
Roupa Processada para o GHC (em quilos)	3.004.761	4.416.111

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023 Custos	01/01/2024 a 30/09/2024 Adições	Baixas	Transf.	30/09/2024 Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	143.013	-	-	106.460	249.473
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	79.443	-	-	1.118	80.561
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	191.859	936	(2.606)	11.053	201.242
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	9.375	340	(18)	1.120	10.818
Móveis e Utensílios	3 a 25	23.450	459	(169)	703	24.444
Veículos	5 a 10	1.383	-	(606)	-	777
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	45.326	596	(155)	1.320	47.087
Construções em Andamento	-	101.925	25.353	-	(107.887)	19.391
Outras Imobilizações em Andamento	-	18.195	36.784	-	(13.887)	41.090
Subtotal		672.818	64.468	(3.554)	-	733.732
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(51.709)	(2.726)	-	-	(54.435)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(241)	(2)	-	-	(243)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(943)	(37)	-	-	(980)
Instalações	-	(37.712)	(2.850)	-	-	(40.561)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(140.603)	(7.583)	2.185	-	(146.000)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.935)	(382)	14	-	(6.302)
Móveis e Utensílios	-	(16.027)	(1.015)	152	-	(16.890)
Veículos	-	(1.265)	(39)	606	-	(698)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(35.911)	(2.864)	148	-	(38.627)
Subtotal		(290.355)	(17.497)	3.105	-	(304.746)
Total		382.463	46.972	(449)	-	(428.985)

Nota: Vida útil Estimada em Anos

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023	01/01/2024 a 30/09/2024			30/09/2024
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	5	2.111	652	-	-	2.762
Depreciação Acumulada	-	(1.978)	-	(387)	-	(2.365)
Total		132	652	(387)	-	397

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2023 Custos	01/01/2024 a 30/09/2024 Adições	Baixas	Transf.	30/09/2024 Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	16	-	-	-	16
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		908	-	-	-	908

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração no saldo do intangível até o terceiro trimestre de 2024. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca "GHC" e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado "Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial". O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre/RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
	AHPA	AHPA
Investimentos	3.283	2.769
Total	3.283	2.769

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
RECEITAS E DESPESAS	AHPA	AHPA
Serviços de Higienização de Roupas	10.766	12.514
Perdas Estimadas com Investimentos	514	70
Total	11.280	12.584

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revisada em 22 de dezembro de 2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão analisadas anualmente, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. A Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021 e aos aditivos nº 270/23 renovação do contrato, nº 388/23 ajuste de cláusula e nº 427/23 reequilíbrio do contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	1130	4	1.178
Remuneração	-	996	-	1.103
Remuneração Variável a Administradores	-	59	-	-
Um Terço de Férias	-	-	-	-
Gratificação Natalina	-	-	-	-
FGTS	-	75	-	75
Conselho de Administração	6	162	6	113
Conselho Fiscal	3	81	3	107
Comitê de Auditoria	3	108	3	96
Total	16	1.481	16	1.494

A Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 04 de abril de 2023 designou para o cargo de Diretor presidente o atual ocupante por dois anos. A Assembleia Geral Ordinária – AGO de 14 de abril de 2023 elegeu um membro do Conselho de Administração, prorrogou a gestão de quatro Conselheiros de Administração, e reelegeu os membros do Conselho Fiscal. Na mesma data o Conselho de Administração exonerou dois Diretores Executivos e designou o Diretor Presidente para responder cumulativamente pelos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico até a eleição dos indicados pelo Ministério da Saúde. A AGE de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Os Conselheiros de Administração e Fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29 de agosto de 2019 e o outro em 22 de setembro de 2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 22 de setembro de 2021. O substituto tem mandato de três anos. O terceiro membro eleito em 22 de setembro de 2021 renunciou conforme Ata 170 do Conselho de Administração em 08 de março de 2022, cujo cargo foi ocupado em 27 de outubro de 2023, ata do Conselho de Administração nº 296. O maior, o menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria consta na nota 33. Em 07 de julho de 2023, conforme Ata 273 o Conselho de Administração elegeu o Diretor Administrativo Financeiro, na mesma data e em reunião de mesma natureza o Conselho de Administração nomeou mais um conselheiro, conforme texto da ata 274. Em 08 de agosto de 2023, conforme Ata 281 o Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu os Diretores de Atenção à Saúde e de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação.

Em 04 de junho de 2024, conforme Ata 331, o Conselho de Administração em reunião extraordinária acolheu a renúncia de um membro bem como a designação para o substituto.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	46.281	23.369
Total	46.281	23.369

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega dos materiais ou dos serviços adquiridos. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento contratado, normalmente de até trinta dias após a data de recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto se compõe basicamente dos valores a vencer após 30 de setembro de 2024.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	467	274
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	6.976	6.062
Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS	9.212	-
Obrigações Trabalhistas	17	6
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	180	177
Total	16.852	6.519

As obrigações sociais e previdenciárias referem-se à contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra e aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários. O reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos, até setembro de 2024 soma o valor de no valor de R\$ 180.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Provisão de Férias	146.623	149.739
Provisão para 13º Salário	53.475	-
Total	200.098	149.739

As duas provisões foram calculadas com encargos de 8% referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a provisão de férias, conforme legislação vigente.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias	21.417	36.236
Total	21.417	36.236

O saldo do período findo em 30 de setembro de 2024 é composto pelo imposto de renda retido na fonte (IRRF) decorrente dos rendimentos do trabalho informado no e-social, bem como pelas retenções federais que passaram a ser incluídas no DARF agregado numerado originado pela transmissão da DCTF Web no início do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, e na IN RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	6.062	-	5.761
Total	-	6.062	-	5.761

Foram provisionadas nesta conta, em 31 de dezembro de 2021, no passivo não circulante, as contribuições previdenciárias não retidas que se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros. A legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20% podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais a alíquota de 11%, a diferença de 9% foi auditada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização referente ao exercício de 2018 e 2019 encontra-se concluso, todos os valores a pagar decorrentes das GFIP's que foram retificadas, e atualizadas mensalmente até o mês de abril de 2023, quando foram pagas. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas.

NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		30/09/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.120	441.646	89.858	(121.746)	409.758
Indenização Cível	101	7.343	3.138	(271)	10.210
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.222	528.683	92.996	(122.017)	499.662
Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.098	397.752	88.026	(44.132)	441.646
Indenização Cível	26	3.601	3.761	(19)	7.343
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.125	481.047	91.787	(44.151)	528.684

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		30/09/2024			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.174	399.668	19.383	-	419.051
Indenização Cível	76	11.705	(204)	-	11.502
Indenização Cível - Imunidade	1	1.293	50	(1.302)	41
Total	1.251	412.667	19.229	(1.302)	430.594
Contas		Período Anterior			
		31/12/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.109	418.589	(18.921)	-	399.668
Indenização Cível	60	36.881	(25.176)	-	11.705
Indenização Cível - Imunidade	1	1.264	29	-	1.293
Total	1.170	456.734	(44.068)	-	412.667

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020 o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está contabilizada no passivo circulante e não circulante, é atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Os processos judiciais trabalhistas e cíveis têm seus valores de provisão atualizados mensalmente, por índices de inflação, em conformidade com a determinação judicial de cada processo, portanto, não há um índice padrão para todos os processos. São aplicados os seguintes índices de atualização monetária: IGP-M, IPCA, SELIC e TR. Há casos especiais em que, são aplicados juros de mora na ordem de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a determinação judicial.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	430	114.281	440	95.278
Processos Trabalhistas	1.190	213.358	1.408	227.664
Total	1.620	327.639	1.848	322.942

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos classificados com grau de risco possível, não são contabilizados, são apenas divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	30/09/2024					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	84	1.229.099	-	(1.225.305)	(3.804)	74
Manutenção do Custeio	22.793	275.674	-	(236.561)	(164)	61.742
Reformas	6.335	3.358	-	(5.641)	(17)	4.035
Demais Custeios	-	3	-	(3)	-	-
Atenção à Saúde	282	-	-	(265)	-	17
Crédito Extraordinário	-	-	62.500	(42.723)	-	19.777
Total	29.494	1.508.134	62.500	(1.510.498)	(3.985)	85.644

Contas	Período Anterior					
	31/12/2023					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	52	1.528.082		(1.515.517)	(12.533)	84
Manutenção do Custeio	17.751	270.000	41.560	(305.677)	(841)	22.793
Covid-19	589	-		-	(589)	-
Reformas	244	18.499		(3.215)	(9.193)	6.335
Demais Custeios	-	1.466		(1.457)	(9)	-
Atenção à Saúde	-	326		(44)	-	282
Total	18.636	1.818.373	41.560	(1.825.910)	(23.165)	29.494

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

23.3 Subvenções Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19.

23.4 Subvenções para Reformas e Demais Custeios – Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o

passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.5 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

23.6 Crédito Extraordinário – Em maio de 2024 foi recebido um crédito extraordinário de R\$ 62.500, a fim de atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	133	-	423	153
Reajuste	388	-	18	-
Pagamento	(370)	-	(461)	-
Transferência	33	(33)	153	(153)
Novo Contrato	205	59	-	-
Saldo no Final do Período	389	26	133	-

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. No primeiro trimestre de 2024 havia quatro contratos e em junho de 2024 iniciou novo contrato de aluguel de imóvel para Unidade de Núcleo de Abordagem Familiar, Rua Gaston Englert, 318 com vigência até 2026. Foi considerado como arrendamento somente o valor fixo do aluguel.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas	2	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	6.676	5.434
Obrigações com Outras Entidades	182	-
Total	6.860	5.434

25.1 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas as obrigações previstas na referida legislação.

25.2 Obrigações com Outras Entidades – Correspondem ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando aprovada a prestação de contas do suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	259.471	108.511.628	224.657
Preferenciais	4.530.000	10.832	4.530.000	9.379
Total	113.041.628	270.303	113.041.628	234.036

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União, e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 09 de abril de 2024 autorizou a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, recebidos em 2023, no montante de R\$ 36.267, gerando uma variação aumentativa no capital social, contudo não foram emitidas novas ações.

NOTA 27 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Capital Social		
Saldo no Início do Período	36.267	11.039
Valor Capitalizado	(36.267)	(11.039)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Recebidos	46.688	36.267
Saldo no Final do Período	46.688	36.267

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26). Até o encerramento contábil de 30 de setembro de 2024 foram recebidos R\$ 46.688 para futuro aumento de capital no exercício de 2025.

NOTA 28 RESERVA DE REAVLIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/09/2024			31/12/2023		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	7.948	(289)	7.660	8.333	(385)	7.948
Total	16.978	(289)	16.690	17.363	(385)	16.978

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada, com objetivo de comparabilidade entre o valor de mercado e o valor contábil. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**29.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/09/2024			31/12/2023		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	14.252	(699)	13.553	15.184	(932)	14.252
Total	41.247	(699)	40.548	42.179	(932)	41.247

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram

constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023
Receitas				
Receitas com Pesquisas	137	1.203	58	1.920
Receitas com Estágios	-	503	-	2
Receitas com Sócios Locatários	2	7	1	6
Total	139	1.713	59	1.928

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Custos dos Serviços					
Salários e Encargos	(342.707)	(997.249)	(314.683)	(898.861)	8,91%
Benefícios da Folha de Pagamento	(34.579)	(70.988)	(24.481)	(60.534)	41,25%
Provisões Trabalhistas	(25.357)	(79.069)	(25.904)	(84.100)	-2,11%
Consumo de Material	(60.945)	(163.577)	(49.117)	(145.030)	24,08%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(6.699)	(19.896)	(6.320)	(19.103)	6,00%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(28.497)	(84.268)	(24.750)	(71.131)	15,14%
Depreciações/Amortizações	(4.610)	(12.996)	(4.323)	(13.087)	6,64%
Encargos Tributários	(19)	(59)	(64)	(102)	-70,31%
Total	(503.413)	(1.428.102)	(449.642)	(1.291.948)	11,96%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	30/09/2024	30/09/2023	
Empregados Efetivos	9.121	8.686	5,01%
Empregados Temporários	877	19	4.515%
Médicos Residentes	410	384	6,77%
Residentes Multiprofissionais	133	114	16,67%
Total	10.541	9.089	14,54%

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2024 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais e aumento de quadro, conforme Portaria 4.934/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionado com o aumento de preço de diversos materiais de insumo, bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul, e inauguração do Centro de Oncologia.

NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Despesas					
Salários e Encargos	(29.317)	(84.337)	(26.917)	(76.943)	8,92%
Benefícios da Folha de Pagamento	(2.604)	(5.117)	(1.733)	(4.227)	50,26%
Provisões Trabalhistas	(2.622)	(8.254)	(2.785)	(8.928)	-8,85%
Consumo de Material	(4.384)	(7.606)	(795)	(2.629)	451,54%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(77)	(88)	(6)	(6)	1.18300%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(14.778)	(31.982)	(6.784)	(19.167)	117,84%
Depreciações/Amortizações	(1.640)	(4.888)	(1.657)	(4.937)	1,03%
Encargos Tributários	(63)	(75)	(9)	(25)	6,00-
Total	(55.485)	(142.347)	(40.686)	(116.862)	36,37%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	30/09/2024	30/09/2023	
Empregados Efetivos	743	674	10,24%
Empregados Temporários	3	-	-
Total	746	674	10,25%

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis,

conservação, reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado as despesas gerais e administrativas. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2024 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados e em função das contratações emergenciais e aumento de quadro, conforme Portaria 4.934/2024, que dispõe sobre a contratação temporária, em virtude do estado de calamidade, e aumento do quadro efetivo. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoa jurídica está relacionado com o aumento no preço de diversos serviços contratados, (vigilância, informática, limpeza, estágios, energia elétrica, entre outros), bem como em função da alta demanda após os desastres naturais que afetaram o estado do Rio Grande do Sul, e inauguração do centro de oncologia.

NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/09/2024			31/12/2023		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680	27.680
Conselho de Administração	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Conselho Fiscal	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	44.008	2.406	10.448	41.650	2.308	10.628

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.2 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	7.466.443	349	9.321.027	358
Vale Alimentação	48.559.942	560	53.348.991	528
Auxílio Creche	4.786.025	953	6.487.710	977
Total	60.812.410	-	69.157.728	-

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.3 Diárias e Ajuda de Custo

	Período Atual		Período Anterior	
	30/09/2024		31/12/2023	
	Diárias	Passagens	Diárias	Passagens
Administradores	75	157	60	92
Empregados	93	313	161	408
Apoio aos Hospitais Federais	197	259	-	-
Total	365	729	221	500

Nota: Valores em Milhares de Reais.

Em cumprimento a Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados.

Na linha remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A despesa consolidada com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e comitê de auditoria totalizou, no período de janeiro a setembro de 2024, R\$ 1.533, sendo R\$ 1.040 no mesmo período de 2023 (Nota 16.3). Para o exercício de 2024, os acionistas fixaram na Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2024 o montante de R\$ 2.810, a serem pagos aos administradores (Diretor-Presidente, demais diretores e membros do Conselho de Administração); Conselho Fiscal o valor de R\$ 108 e para o Comitê de Auditoria a importância de R\$ 144, no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025. Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores do exercício de 2024, até o terceiro trimestre, sendo que a média mês de beneficiados com vale transporte foi de 2.377 empregados, 9.627 para vale alimentação e 496 empregadas beneficiadas com auxílio creche. Os gastos elevados com diárias e passagens até terceiro trimestre de 2024 (quando comparado com o exercício de 2023) têm relação com a força tarefa apoiada pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição, em que foi enviado diversos profissionais, para auxílio aos hospitais federais do Rio de Janeiro.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Outras Receitas Operacionais					
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	207	3.084	2.302	3.323	-91,01%
Doações Recebidas – Empresas Privadas	233	495	145	645	-90,69%
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	-	12	5	52	-
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	97	160	12	22	708,33%
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	446	457	-	4.368	-
Doações Recebidas – Enchentes	8.999	9.153	-	-	-
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	2.348	6.719	2.159	6.417	8,75%
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	56	156	45	128	24,44%
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	32	486	27	68	18,52%
Receita Eventual – Outros	-	-	-	1	-
Receita Eventual – Multas Contratuais	395	651	297	1.142	32,99%
Comissão por Intermediação de Negócios	-	425	-	-	-
Aluguéis	36	108	36	108	-
Reversão de Provisões para Investimentos	399	514	-	-	-
Ganhos de Capital no Imobilizado	258	258	-	-	-
Total	13.506	22.678	5.028	16.274	168.62%

34.1 Doações Recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde, dos patrocinadores de pesquisas, que doam medicamentos para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas doam material de consumo e bens móveis. Em 2024 recebemos um considerável valor de doações diretamente ligadas a enchente. Em 2023 foram doados bens que estão em imobilização em andamento, no montante de R\$ 4.338 referente ao projeto Teleoftalmo que operacionalmente não está em execução.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, com o Banco do Brasil S.A, por sessenta meses a contar de 03 de abril de 2020.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados – São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

34.4 Receitas Eventuais – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício e receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais.

34.5 Comissão por Intermediação de Negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos, realizados por empresa contratada.

34.6 Aluguéis – De área física a associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

34.7 Reversão da Provisão com Investimentos – Referente ao resultado positivo apurado no primeiro semestre de 2024 da AHPA, refletindo com variação diminutiva na conta de perdas com investimento no ativo.

34.8 Ganhos de Capital com Imobilizado – Valores referentes a ganhos com a venda de imobilizado.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Outras Despesas Operacionais					
Provisão para Indenização Trabalhista	(46.587)	(117.612)	(25.815)	(83.932)	80,46%
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	2.477	112.517	31.349	57.257	-92,10%
Provisão para Indenização Cível	(1.604)	(9.132)	(1.095)	(6.733)	46,48%
Reversão da provisão para Indenização Cível	2.594	7.768	8.738	11.667	-70,31%
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	-	(50)	(15)	(43)	-
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa	(65)	(13)	(34)	(220)	91,18%
Reversão para PECLD (Clientes)	-	-	-	-	-
Perdas Estimadas com Estoques	(1.057)	(2.607)	(506)	(1.573)	108,89%
Reversão para Perdas Estimadas com Estoques	965	2.456	480	1.554	101,04%
Perdas Estimadas com Investimentos	-	-	(87)	(331)	-
Provisão para Riscos Fiscais	(102)	(301)	(128)	(374)	-20,31%
Encargos Judiciais	(355)	(1.076)	(327)	(1.043)	8,56%
Mensalidades Associativas	(59)	(174)	(50)	(146)	18,00%
Perdas Patrimoniais	(353)	(449)	(106)	(163)	232,80%
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	-	-	-	(4)	-
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(173)	(453)	(617)	(922)	-71,96%

Reversão para Perdas Estimadas c/ Créditos de Liquidação Duvidosa (Pessoal)	-	-	8.833	8.833	-
Total	(44.319)	(9.126)	20.621	(16.173)	-314,92%

Compreendem as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para perda com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 21), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados. Importante destacar que no segundo trimestre houve uma reversão de provisão em virtude de pagamento de precatório trabalhista.

NOTA 36 PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa de 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. Em junho de 2024 as contribuições do GHC totalizaram R\$ 8 (R\$ 27 no período comparativo de 2023). Atualmente não possuímos funcionários ativos ligados ao plano.

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023
Despesas Financeiras				
Juros Passivos		(1)	(1)	(174)
Multas Compensatórias	(3)	(127)	(3)	(6)
Encargos com FGTS	(1)	(2)	-	(4)
Variação Cambial	-	-	34	34
Total	(4)	(130)	30	(150)

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial, paga por ocasião do fechamento de contratos de câmbio de importação, juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No terceiro trimestre de 2024 não houve variação significativa nestas contas, no acumulado do exercício de 2024, a variação aumentativa se deu em função do pagamento de multa de auto de infração para o Ministério Público do Trabalho.

NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Receitas Financeiras					
Rendimento de Aplicação Financeira	2.359	5.875	1.108	3.449	112,90%
Rendimento de Depósito Restituível ou Vinculado	-	-	-	(34)	-
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	23	1.771	501	1.487	-95,40%
Juros sobre Outras Contas do Ativo	20	517	35	718	-42,86%
Variação Monetária Ativa – Depósitos Recursos (FGTS)	163	521	248	667	-34,27%
Variação Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	160	576	4.970	4.972	-96,78%
Desconto Obtido	-	-	-	1	-
Total	2.725	9.260	6.862	11.260	-60,28%

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indêbitos registradas no realizável a longo prazo, os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Variação Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Repasses Recebidos					
Pessoal	366.864	1.099.895	342.016	958.476	7,27%
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(585)	(1.742)	(314)	(2.699)	86,31%
Benefícios da Folha de Pagamento	38.871	85.516	23.943	65.834	62,35%
Médicos Residentes	5.056	14.921	4.745	18.840	6,55%
Residência Multiprofissional	1.645	4.949	1.669	4.936	-1,44%
Sentenças Judiciais Trabalhistas	7.268	16.818	3.595	14.841	102,17%
Sentenças Judiciais Cíveis	-	4	4	16	-
Manutenção Custeio	76.820	222.724	74.962	202.233	2,48%
Manutenção Custeio – Repasse Não Recebido	(12.357)	13.851	4.163	28.130	-396,83%
Manutenção Custeio – Cancelamento de Repasse	-	(9)	-	(41)	-
Manutenção Custeio – Emenda 19/2023	154	265	-	-	-
Manutenção Custeio – Crédito Extraordinário MP1218/2024	40.668	42.723	-	-	-
Reformas	1.734	5.642	973	1.988	78,21%
Pensões	349	1.068	351	1.032	-0,57%
Demais Custeios	-	(1)	9	9	-
Regularização de Subvenções	-	-	-	(79)	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	47	47	-
Total	526.487	1.506.624	456.163	1.293.563	15,42%

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores com cotas do orçamento, foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser disponibilizados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 janeiro de 2024, e nº 14.535, de 17 janeiro de 2023. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 23). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, na mesma proporção da receita que é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Contas	Período Atual(a)	Exercício Atual	Período Anterior(b)	Exercício Anterior	Varição Período(a/b)
	01/07/2024 30/09/2024	01/01/2024 30/09/2024	01/07/2023 30/09/2023	01/01/2023 30/09/2023	
Lucro (Prejuízo) do Período	(60.364)	(39.430)	(1.564)	(102.108)	-
Provisão/Reversão para Indenizações Trabalhistas	44.110	5.094	(5.534)	(26.675)	-
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis	(990)	1.365	(7.643)	(4.935)	-
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	1	50	15	43	-
Provisão/Reversão para Riscos Fiscais	102	301	128	374	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	(5.028)	(16.274)	-
Perdas/Ganhos com Investimentos	(398)	(514)	87	331	-
Prejuízo do Período Ajustado	(17.539)	(33.134)	(19.539)	(149.244)	-10,24%

Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento.

Para ajustar a apuração do lucro do período encerrado em 30 de setembro de 2024 de R\$ 39.430 foram adicionados os impactos do resultado das provisões e reversões trabalhistas e cíveis. Após os ajustes, o resultado apurado seria menor, um prejuízo de R\$ 33.134 ao findar o terceiro trimestre, (R\$ 149.244 no mesmo período de 2023). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais apresentará lucro.

NOTA 41 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/09/2024	31/12/2023
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	580	580
Seguro de Vida em Grupo	57	57
Seguro Responsabilidade Civil para Administradores	12.150	-
Total	222.565	210.415

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 12/08/2024 a 12/08/2025 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2023 a 18/11/2024, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente, a vigência do aditivo atual é de 24/11/2023 a 23/11/2024. No segundo trimestre de 2024 foi contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) com vigência anual a contar de 30/04/2024.

NOTA 42 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	30/06/2024	30/06/2023	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas	688.673	705.492	-2,38%
Procedimentos	283.047	376.765	-24,87%
SADT	2.136.092	2.206.274	-3,18%
Internações	28.339	26.590	6,58%
Cirurgias/Curetagens e Outros	16.773	15.643	7,22%
Partos	3.602	3.383	6,47%
Total	3.156.526	3.334.147	-5,33%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência	7,6 dias	7,8 dias	-2,56%
Taxa de Ocupação Hospitalar	85,6%	82,9%	2,70%
Taxa de Mortalidade Institucional	4,1%	4,2%	-0,10%

Legenda: SADT- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêuticos; inclusos sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. adotou, a partir de janeiro de 2024, novo software para informar a produção das suas unidades hospitalares, a saber: o Tab Win. Este programa tem por finalidade permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais de alimentar os sistemas de informações do SUS - Sistema Único de Saúde. Os indicadores de produção de serviços antes eram gerados pelo GHC Sistemas, software próprio, o qual, atualmente, tem por objetivo produzir informações para tomada de decisão interna. A produção quantitativa fica disponível, aproximadamente, 60 dias após o fechamento do período no Sistema Tab Win, portanto os dados apresentados referem-se ao segundo trimestre de 2024. Os indicadores acima listados sintetizam a produção qualitativa do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

NOTA 43 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o terceiro trimestre de 2024 e exercício de 2023, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social), e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 44 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 45 ESCLARECIMENTO OPERAÇÃO HIPOCRATES

Considerando o nome do Hospital na operação Hipócrates esclarecemos que a instituição está colaborando com as investigações da Polícia Federal e fornecendo todas as informações necessárias para o andamento das apurações. O Grupo reafirma que não compactua e não compactuará com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e da assistência aos usuários do SUS. Até o presente momento não foi possível obter materialidade para constituição de provisão.

NOTA 46 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de outubro de 2024 até a data do encerramento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

GILBERTO
BARICHELLO:52101282968

Assinado de forma digital por GILBERTO
BARICHELLO:52101282968
Dados: 2024.12.05 16:10:25 -03'00'

Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

JOAO CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000

Assinado de forma digital por JOAO
CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000
Dados: 2024.12.05 10:04:38 -03'00'

João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

QUELEN TANIZE
ALVES DA
SILVA:77966457087

Assinado de forma digital por
QUELEN TANIZE ALVES DA
SILVA:77966457087
Dados: 2024.12.05 16:00:32
-03'00'

Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:4845
7990063

Assinado de forma digital por
LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:48457990063
Dados: 2024.12.05 10:31:50
-03'00'

Luis Antônio Benvegnu
Diretor de Atenção à Saúde
CPF 484.579.900-63



Documento assinado digitalmente

FERNANDO DA CUNHA SOARES

Data: 05/12/2024 09:57:25-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS- 093951/O-4
CPF 019.604.250-05

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Diretores do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Hospital é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 30 de setembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e 44 que descreve o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 33.134 mil em 30 de setembro de 2024. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes,

segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 04 de dezembro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049
Dados: 2024.12.09 15:28:02
-03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Data: 09/12/2024 15:37:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O-7